

REDES DE PESQUISA E VISUALIDADES:

novas ambientações para a reflexão jornalística

Copyright © 2011
SBPJor / Sociedade
Brasileira de Pesquisa
em Jornalismo

ROSANE DA SILVA BORGES
Universidade Estadual de Londrina
MIGUEL CONTANI
Universidade Estadual de Londrina

RESUMO O propósito deste artigo é discutir as configurações das redes de pesquisa em jornalismo. Discute-se a capilaridade da cultura visual e os reiterados debates em torno do estatuto epistemológico da comunicação. Por que os jornais vêm investindo maciçamente nos recursos visuais, operando mudanças estruturais em sua fisionomia? Em nome de quê essas mudanças gráfico-visuais se efetivam? As confluências entre comunicação e visualidades (no plural para dar conta de sua imensa variedade e implicações) são, ao que parece, um enfrentamento inadiável em torno das contemporâneas mudanças do jornalismo. A formação dessas redes repousa, assim, numa complexidade variável e dinâmica, em um ilimitado território de exploração do qual participam, de modo importante, simultaneidades, ambiguidades, níveis de determinação e indeterminação. Conclui-se que um princípio teórico-político necessita ser encontrado para que a tríade *visualidades, jornalismo, comunicação* possa ser cotejada no âmbito das redes de pesquisa.

Palavras-chave: Rede de Pesquisa Jornalística. Visualidades. Comunicação. Discursos.

INTRODUÇÃO

Jornalismo, visualidades e redes de pesquisa

Muito se tem dito que o jornalismo, fundamentalmente o impresso, vem sofrendo substantivas mudanças por força da amplitude do tecnológico. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais no âmbito da notícia, decorrentes das infindáveis inovações propiciadas pelas emergentes modalidades de comunicação e expressão.

Tornaram-se moeda corrente manifestações cada vez mais preocupadas com o presente e o futuro da atividade jornalística – uma das principais responsáveis por desenhar os contornos que deram fisionomia às sociedades modernas ocidentais. Antes restritas a círculos acadêmicos, tais manifestações brotam de diversos lugares:

pesquisadores, intelectuais, jornalistas, empresários da comunicação, *publishers* percorrem uma mesma trajetória de reflexão, ainda que partindo de lugares e pontos de vista diferentes, tentando equacionar as principais questões que surgem nesse momento de indefinições e sucessivas transformações nos modos de produção noticiosa.

Em meio a esse vórtice, muitos prismas analíticos se oferecem a exames minuciosos. Um dos que vêm ganhando expressiva aceitação é aquele que propugna a ideia de crise para tipificar a fase atual do jornalismo. Inegavelmente, a crise que fustiga a profissão dá o tom dos comentários. Segundo Juan Luis Cebrián, fundador e primeiro diretor do *El País*, o que está em jogo é o próprio modo de fazer jornalismo. “A internet é um fenômeno de desintermediação. E que futuro aguarda os meios de comunicação, assim como os partidos políticos e os sindicatos, num mundo desintermediado?” (O Estado de São Paulo, 3 maio 2010).

Se as crises servem para forjar processos criativos, operar correções de rota, entendemos que esse momento é uma oportunidade para que as reflexões em torno do jornalismo renovem indagações que incidam no cenário multifacetado e cambiante sobre o qual nos movemos. Cebrián (O Estado de S. Paulo, 3 maio 2010) é categórico: “Não existe crise da mídia impressa. Existe, sim, uma grave crise no modo de fazer jornalismo”.

Sem sombra de dúvidas, tal “estado da arte” motiva o surgimento de inumeráveis pesquisas voltadas para deslindar esse cenário acima descrito de forma abreviada. Uma vez que partimos do entendimento de que as transformações nos modos de fazer jornalismo podem ser creditadas, em larga escala, aos códigos visuais e digitais, cabe-nos estabelecer, nas fronteiras da pesquisa jornalística, quão profunda e fundamental estão sendo tais mudanças.

Entre os questionamentos que nucleiam, na esfera das modalidades do visual, as proposições teórico-metodológicas de grupos de estudos, programas de pós-graduação, projetos de pesquisa e de empreendimentos individuais, algumas vêm se mostrando invariáveis: Como arregimentar redes de pesquisa circunscritas ao campo das visualidades no jornalismo? Quais as possibilidades de reflexão para pensarmos a narrativa jornalística contemporânea partindo do princípio de que ela ganha fisionomia com os formatos emergentes (*tablets*, *facebook*, *youtube*, jornais *on-line*, *twitter*) que dinamizam os modos plurais de contar estórias? De que maneira estabelecer diálogos com grupos de pesquisadores vinculados à mesma temática?

Podemos depreender das características do trabalho em rede,

arroladas por Whitaker (2006), algumas instrutivas lições: a) *autonomia*: cada integrante mantém sua independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação; b) *valores e objetivos compartilhados*: o que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns; c) *conectividade*: uma rede é uma costura dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros é que indivíduos e organizações mantêm uma rede; d) *participação*: a cooperação entre os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento; e) *informação*: numa rede, a informação circula livremente, emitida de pontos diversos e encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores de informação; f) *descentralização*: uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial; g) *múltiplos níveis*: uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo “valor de rede” que a estrutura maior à qual se vinculam; h) *dinamismo*: uma rede é uma estrutura plástica, dinâmica e em movimento, que ultrapassa fronteiras físicas ou geográficas. Uma rede é multifacetada. Cada retrato da rede, tirado em momentos diferentes, revelará uma face nova (WHITAKER, 2006, p. 33).

Esse complexo de predicados que tipifica as redes, muito além das diferenças, aproxima Whitaker de pensadores como Gilles Deleuze (1995), Bruno Latour (2008) e o próprio Pierre Lévy (1993). Em vista disso, antes de verificarmos como tais predicados aplicam-se às redes de investigação jornalística, um pequeno desvio em torno da evolução histórica do termo aqui se interpõe. A carreira do conceito de redes começa, como nos ensina Musso (2004), no engenhoso processo imaginário da tecelagem e do labirinto.

Na Antiguidade, a medicina de Hipócrates o associa à metáfora do organismo em que “todas as veias se comunicam e escoam de umas para outras” (MUSSO, 2004, p. 18), mas sem dar-lhe um caráter intrínseco ao corpo. Não obstante a uma relativa tradição, a palavra ganhará acento na língua francesa tardiamente no século XII, oriunda do latim *retiolus*, diminutivo de *retis*, e do francês antigo *résel*. De uma propriedade externa ao corpo (fios entrelaçados para tecidos, malhas ou tecidos), o termo rede ganha uma nova ênfase, adentra o universo médico e torna-se inseparável do organismo humano.

Da extensa trajetória de significado do termo palmilhada por

Musso, interessa-nos acompanhá-lo até a concepção cunhada por Saint-Simon, responsável por atribuir caracteres que marcam seu estágio moderno, que lhe dão nova nuance de sentido: rede é elevada à categoria de gestão do espaço e do tempo, um artefato superposto a um território; amparada em noção religiosa (*religare/ligar*), passa a significar *associação, comunicação e comunhão*. Velhos lugares comuns recebem aí um novo significado, cheio de consequências para a realização de desejo ancestral do homem: a efetivação de vínculos – papel primordial da comunicação –, a retroalimentação de utopias a respeito das conexões universais, das infinitas possibilidades de permutas. Estabelece-se, a partir daí, uma abertura terminológica que favorece um esgarçamento do termo. Ao que tudo indica, a inflação que o conceito sofreu não lhe foi benéfica, na medida em que, ainda segundo Musso, rica de metáforas, esvaziou-se de conceito consistente.

Segundo André Parente, a noção de rede, que tomou o lugar do sistema ou da estrutura, vem despertando um tal interesse nos trabalhos teóricos e práticos tão diversos como a ciência, a tecnologia e a arte, que “temos a impressão de estar diante de um novo paradigma, ligado, sem dúvida, a um pensamento das relações em oposição a um pensamento das essências” (PARENTE, 2004, p.9).

Esse breve recenseamento demonstra que a própria noção de rede corresponde ao princípio da busca por uma elucidação que nos leve a fixar perspectivas, delimitar objetos e prospectar oportunidades no universo dos grupos de pesquisas anexadas ao jornalismo.

Num exercício de confrontação das características de Whitaker com o tema das visualidades e do jornalismo, alguns desafios se impõem para as redes de pesquisa. Ainda que operadores de algumas propriedades arroladas por Whitaker, pesquisadores dessas malhas entrelaçadas normalmente percorrem áreas pontilhadas por ambiguidades. A aparente falta de demarcação principia, no mais das vezes, uma lista de queixas. As dificuldades em se delimitar o perímetro de um território investigativo que acolha as principais demandas desses dois vetores (jornalismo e visualidades) suscita a interseção de campos exploratórios, visto que não existem fronteiras intransponíveis capazes de impor demarcações rígidas para o campo visual.

Mas, pode-se objetar, essa não é a própria natureza do trabalho em rede? Se, para Latour, a rede é ao mesmo tempo real, coletiva e discursiva, receptora de elementos e perspectivas heterogêneos, indistintamente, então é lícito dizer que o híbrido é a matéria-prima com a qual os grupos de pesquisa manipulam (no sentido de dar forma) seus

objetos. Se, por um lado, a falta de mapas precisos que circunscrevam o escopo das visualidades afigura-se em uma virtude estrutural para o trabalho em rede, por outro, conclama seus afiliados a pensarem em nós que possam dar a devida liga para o desenvolvimento de pesquisas plurais assentadas em horizontes intencionais comuns.

O rizoma de Deleuze e Guattari, referência obrigatória nas discussões sobre o tema, inspira a vocação proteica da organização reticular e parece prover indícios de resposta para essa inquietação. Os seis princípios de funcionamento do rizoma, concebido em sua radicalidade ontológica e metódica, interrogam, igualmente, o solo ontológico e os horizontes metódicos dos artefatos visuais e do material jornalístico, enquanto ferramentas passíveis de análise.

A exemplo das características de Whitaker, procedamos a uma descrição dos princípios rizomáticos: 1) *conexão* (os pontos de um rizoma podem ser conectados a qualquer outro, desprovidos de hierarquia, provenientes de vários lados e direções); 2) *heterogeneidade* (descentramento sobre outras regiões e registros); 3) *multiplicidade* (o rizoma não é uma totalidade unificada, não é composto de formas puras); 4) *ruptura a-significante* (um rizoma pode ser quebrado, rompido; eis a tensão permanente entre o movimento de criação de formas e organizações, e de fuga e desmanchamento dessas mesmas formas); 5) *cartografia* (sintetiza o princípio metodológico do rizoma, aponta para o seu caráter inventivo e não representacional); e 6) *decalcomania* (os princípios de decalque são reproduzíveis ao infinito, cristalizados em complexos codificados).

Embora não partilhe do mesmo repertório de pensadores como Latour (para Deleuze e Guattari, o rizoma não comporta pontos, mas linhas), as propostas teórico-metodológicas desses autores se cruzam:

A rede de Latour é, ao mesmo tempo, uma forma de pensar o surgimento dos híbridos e sua própria ontologia. Os elementos que o híbrido põem em conexão são heterogêneos – materiais, sociais, tecnológicos, linguísticos, etc. A conexão dos heterogêneos não é centralizada, hierárquica ou garantida por qualquer determinismo, mas é capaz, por si só, de engendrar formas inéditas e inesperadas, que rompem com formas anteriores, sem o recurso de uma força externa. Um híbrido pode ser cartógrafo, em seu movimento criador e inventivo, além de poder ser tratado quanto a seus “pontos de estruturação” (KASTRUP, 2004 p. 84).

Instâncias ontológicas e metódicas. Tanto Deleuze quanto Latour engendram uma concepção de rede que carrega uma complexidade capaz de oferecer uma ambiência criativa para os múltiplos fios investigativos da interrogação jornalística. Flagramos, nesse entrelaçamento, o ponto de

estruturação das redes de pesquisa nas fronteiras vacilantes da comunicação. O híbrido, cada vez mais manufaturado por um conjunto de códigos e de suportes, inelutavelmente criador e inventivo, apoia-se em fios que lhe dão sustentação. Do nosso lugar de fala, esse fio é a trama discursiva.

O âmbito discursivo constitui-se, a esse modo, em uma unidade (um ponto) com várias facetas (heterogêneo) que conduz a (re)construção coerente de uma plataforma reflexiva e analítica com potência para abrigar propostas variadas na cena multimidiática contemporânea, sob o regime dos princípios do trabalho em rede.

Duas questões antecedentes: delimitação de fronteiras da visualidade e da comunicação

Permanecer no encaço destas inquietações nos leva a tomar como fio condutor a conformação dos territórios teóricos em que se podem filiar as iniciativas de pesquisa em rede. Propalado à exaustão, um novo regime do visual está em curso, provocando rompimentos das teorias com cânones estabelecidos inicialmente pelas artes plásticas (nomeadamente a pintura) e, posteriormente, pelo cinema. O que presenciamos em nossos dias são materialidades significantes¹ que a cada dia ganham configurações que extrapolam as fronteiras da escrita, do som e da imagem separadamente. A referência às materialidades significantes concerne ao trançado de códigos, oriundos de várias matrizes da linguagem.

Não há território interior no domínio das narrativas multimidiáticas: ele está inteiramente situado sobre fronteiras (numa galáxia de imagens, sons e textos) que passam por todo lugar e coabitam o campo do relato. Como disse Fausto do Macrocósmos, tudo é tecido num conjunto, cada coisa vive e atua sobre a outra (CANDIDO, 1996).

A nosso ver, nesse conjunto, a visualidade é a base comum que empresta irmandade a esses relatos, onde se incluem as narrativas jornalísticas. Se o jornalismo está de fato tão permeado pelo visual, pelas formas inventivas das cenas verbo-visuais, há algumas profundas consequências que requerem que o âmbito da pesquisa da área igualmente esteja atento ao influxo dessas alterações. Tais cenas remetem no campo da semiótica e dos estudos do discurso, à constelação de textos para além do verbal (sons, imagens, gestos, texturas, cores) que brotam nas telas, nos jornais impressos e em outros veículos.

Ora, se a articulação de redes de pesquisa preocupadas com as mudanças galopantes no âmbito jornalístico deve conceber o campo da visualidade como um vetor importante de análise, como produzir

conhecimento em territórios multidisciplinares abrigados sob um mesmo guarda-chuva? O tema interage com campos do conhecimento já existentes em busca de novos espaços que não sejam tão somente a fusão de perspectivas já consolidadas. Tudo isso, como podemos notar, nos reendereça às discussões sobre a configuração das redes. Uma vez imbricados, o jornalismo e o visual, suspeitamos, possuem a mesma motivação: suprir determinada sensação de falta, sem a qual nem o movimento das notícias nem o das imagens entram em curso na disputada paisagem informativa.

A essência multidisciplinar das visualidades convoca discussões que dimensionem o *possível* nessa região pantanosa. Teóricos da visualidade como Dikovitskaya (2005), Catalá (2009), Barthes (1985) e Vilches (1993) relatam um problema comum entre estudos e programas circunscritos à esfera do visual: apesar da inegável proliferação de pesquisas, parece não haver consenso dentro do próprio campo quanto ao seu território e objetivos, definições e métodos.

A despeito desse caráter multifário, podemos delimitar o horizonte conceitual das visualidades e do jornalismo: entendemos por modalidades do visual as formas de representações visíveis que são produzidas pelo ser humano e organizadas como linguagem. Ainda que essas formas possam abrigar-se sob o guarda-chuva do termo imagem, indicado em sua origem pelo termo grego *eikon*, um acolhedor de todos os tipos de dispositivos imagéticos – de pinturas, estampas de um selo (imagens artificiais) até imagens sombreadas e espelhadas (naturais) – consideramos que o termo visualidade/visual é mais adequado para fazer referência à miríade de recursos constitutiva do discurso jornalístico. O visual está assim relacionado com as diferentes formas de reprodução do “ver”.

A heterogeneidade discursiva visual respinga também nas escolhas metodológicas. Inapelavelmente, um problema se impõe: as inevitáveis queixas de todo pesquisador repousam sobre a sobreposição de significantes – materialidades que transbordam, que migram, que transmudam – traço que confere à cultura visual diferença substantiva e a coloca em ponto de indiscernibilidade.

Tal constatação não impede, no entanto, que se aviste um solo epistemológico firme no qual as visualidades poderão ser submetidas ao escrutínio de pesquisadores. De fato, contra tal veredito, para muitos com caráter definitivo, é preciso cavar outras possibilidades. Com disse Drummond de Andrade, no poema Áporo, “um inseto cava/ cava sem alarme/ perfurando a terra/ sem achar escape”. Tal persistência, quem sabe, poderá nos encaminhar para o desenho de um traçado

metodológico que consiga ter força investigativa para explicar o fenômeno das visualidades. Dikovitskaya, em *Cultura visual*, apresenta um painel abrangente dessa área, na tentativa de reconciliar as diversas posições teóricas que pairam sobre a matéria e apontar seu potencial para exploração científica. De acordo com a autora, é preciso edificar um objeto específico para as visualidades. A ausência desse objeto acaba por levar esse campo a um ponto de incoerência. Embora não partilhe mais dos postulados da história da arte, tampouco se enquadre tão somente nos limites do artístico e do estético, uma teoria do visual se constrói percorrendo o leito de um mesmo rio, que é a construção do vínculo. A noção de vínculo, aqui, está em consórcio com o conceito erigido por Sodré. Para ele, a vincula o compreende “práticas estrangeiras de promo o ou manuten o do vínculo social, empreendidas por a o es comunitaristas ou coletivas, diálogos etc. [...] a vincula o pauta-se por formas diversas de reciprocidade comunicacional (afetiva e dialógica) entre os indivíduos” [...] (SODRÉ, 2002, p. 233).

O tema nos acompanha na constitui o de nossa humanidade. Platão, Aristóteles, Apel, Habermas, todos irmanados nas possibilidades e destinos dessa vincula o (FERRY, 2007). O filósofo Martin Buber considerou a palavra-princípio Eu-Tu como o primeiro modo de rela o humana, a rela o Eu-Tu   anterior ao próprio Eu. Para Buber, “nós aprendemos a ser humanos sendo chamados para uma rela o Eu-Tu - uma rela o na qual um ‘se abre totalmente com o outro’” (BUBER, 2006, p. 37).   pelo Tu que o Eu se descobre como consciência não objetivável, não coisificada, mas sim como proje o do outro.

Uma rápida observa o nos processos relacionais/comunicacionais nos permitirá observar que o vínculo entre o EU e o OUTRO   exercido em grande medida pelos artefatos tecnológicos, mormente pelos objetos que se dão a ver. O império visual se tornou o que se tornou por se ajustar como uma luva a uma demanda contemporânea: coroa um projeto já definido com as máquinas de imagens mecânicas (fotografia e cinema), ultrapassando esses dois dispositivos imagéticos, pois conseguiu satisfazer, como um braço forte da indústria cultural, as mudanças que se desenhavam na sociedade contemporânea, em que a busca de expressividade se quer ver estampada na superfície do mundo, na ênfase do gesto, no trejeito do rosto, na eloquência da voz. Tudo isso envolve uma pedagogia, como lembra Xavier, “em que nosso olhar   convidado a apreender formas mais imediatas de reconhecimento da virtude ou do pecado” (XAVIER, 2003, p. 39).

Daí a procura de outros modos de investiga o que sejam

capazes de dar conta dos processos mais profundos de sua realidade específica: a promoção de vínculos, a instauração de laços sociais. O jornalismo, em sua eterna busca pela manutenção do vínculo, parece aderir, às vezes sem resistências, à sociedade que transborda imagens por todos seus poros. Sempre mais cores, sempre mais sons, sempre mais imagens (animadas). O fazer noticioso tem de ceder à superabundância do visual; essa adesão também o coloca sobre fronteiras, também o faz híbrido, mas nem por isso destituído de princípio próprio.

Essa suposta perda de identidade impõe para as redes de pesquisa jornalística um adensamento das discussões teórico-metodológicas, o que nos leva para um diálogo com a comunicação.

Em busca de um território comum: a comunicação

Se a associação entre jornalismo e visualidades mostra-se como uma conjuração incontornável para as análises sobre o fazer noticioso dos nossos dias, ao mesmo tempo em que se instala como uma instância desestabilizadora, não menos pacífico é o lugar onde essa associação encontra abrigo: o campo da comunicação. As redes de pesquisa nesse território estão, assim, irremediavelmente enredadas em um duplo desafio: demarcar o que vimos considerando como visualidades, tentativa já feita no item anterior, e divisar o território da comunicação – tarefa que até hoje mobiliza um gama expressiva de teorias e pesquisadores. Ambas, comunicação e visualidade gozam de um estatuto abrangente e nuclear, recobrando diversas áreas de exploração. Inegavelmente, as duas categorias assumem uma densidade e valência culturais nos dias que correm.

Quer nos parecer que estamos no coração mesmo da interrogação comunicativa, pois a questão das redes de pesquisa jornalística só é legítima se acompanhada de imediato por outra: o que pode nos oferecer a epistemologia da comunicação? O encaixe recíproco das duas questões (jornalismo e visualidades), o envolvimento de cada uma pela outra, é o domínio da atitude reflexiva nas redes de pesquisa fixadas. O saber comunicacional é, igualmente, um ponto de estruturação importante.

Tornou-se posição corrente nos círculos filosóficos o fato de que uma das principais mudanças de paradigma da atualidade diz respeito à virada comunicativa, que sucedeu a hermenêutica, a linguística e a pragmática. Ferry (2007) considera que desde Descartes, Kant, Hegel, a filosofia moderna e contemporânea tem percorrido, a partir de vários trajetos, as diferentes figuras da subjetividade e da intersubjetividade: figuras da consciência, depois da reflexão, em seguida da linguagem, e atualmente, da comunicação. O paradigma da razão comunicativa

constitui-se no horizonte no qual as questões tradicionais da filosofia se reatualizam permanentemente.

Tal centralidade não foi capaz de equipar a comunicação com um estatuto científico definitivo. O problema desse campo, assegura Sodré (2002), ainda é um problema de episteme, de precariedade de ferramentas teóricas e analíticas.

Qual seria, então, o denominador comum que possibilita que peças publicitárias, jornais impressos, programas de rádio, textos hipermidiáticos da Internet, programas de TV, *outdoors* e congêneres sejam analisados ou pesquisados sob o mesmo guarda-chuva? Essa pergunta sugere a formulação de outras: Considerando as convergências na produção midiática contemporânea, a partir do quê essa convergência é possível? O que indica ainda outros questionamentos: a teoria da comunicação é teoria do quê? Sobre o quê se fazem teorias da comunicação? Que campo a conforma mais adequadamente? Como operacionalizar estudos e pesquisas nas fronteiras desse território? Que objeto demarca o fazer comunicativo?

Para Sodré (2002), a determinação de um objeto específico para a comunicação vem gerando dúvidas perenes. Provocativo, ele indaga: será que o departamento da comunicação merece o nome de objeto, ciência? Que configuração teria essa área do conhecimento?

As preocupações de Sodré (2002) frequentam as discussões alusivas à epistemologia da comunicação assiduamente. Aprendemos com os teóricos da metodologia científica que existem alguns critérios e requisitos para que essa ou aquela seção de pesquisa seja alçada à categoria de disciplina ou de ciência, que erige modos de se falar sobre determinado objeto. E como se fala sobre o objeto da comunicação? As vias de acesso são infinitas, mas o porto de chegada é quase invariavelmente o mesmo. Estudiosos insistem na situação incômoda do suposto objeto da comunicação, tido como heteróclito e diversificado.

O caráter interdisciplinar seria, de acordo com quinhão significativo dos pesquisadores da área, um inviabilizador, ou na melhor das hipóteses, um dificultador da delimitação das fronteiras da esfera comunicativa. Desafortunadamente, costumamos encarar esse traço essencial como algo que adia indefinidamente o projeto de carimbarmos a comunicação como ciência ou qualquer coisa que o valha.

Ora, sabemos que a interdisciplinaridade não é problema (ou virtude?) exclusivo do saber comunicacional: disciplinas, ciência e teorias diversas têm a indisfarçável marca da diversidade; assim, a questão se dissolve como problema particular da comunicação. A ubiquidade da

comunicação não corresponde a um postulado teórico do tudo pode, ou, ainda evocando Sodré, o caos do objeto não supõe o caos da teoria. Considerando a noção de campo de Bourdieu (1989), consideramos que a forma específica de interesse do campo da comunicação está no modo como ele se institui, enquanto instituição discursiva, em meio a outros campos, igualmente revestidos de formas específicas próprias.

A lógica concorrencial do campo científico converte as ramificações disciplinares em departamentos específicos para se diferenciar e se legitimar face à multiplicidade das teorias e saberes. E a particularidade do campo da comunicação, insistimos, está, malgrado o assédio de várias teorias e seções do conhecimento, na sua fundação e organização discursiva.

Isso não corresponde a dizer que desconsideramos as variáveis políticas, econômicas, culturais e sociais implicadas nos processos de comunicação. Ao contrário: concebemos discurso como encarnado no social, portanto, portador, *per si*, da dinâmica da qual somos sujeitos; sabemos que os discursos representam um modo de narrar o mundo e nesse modo vem junto o mundo a ser vivido. Não há contexto de um lado e discurso de outro. Do que nos fala Foucault quando afirma que o discurso instala mecanismos de poder pela sua força fundacionista? A que Peirce refere-se em seu conceito de signo, por excelência, mediador? Ou mesmo Bakhtin com a sua noção de signo e discurso? Do que nos fala Taylor quando diz que discursos são intercâmbios que geram textos, entendendo por textos uma produção posicionada histórica e socialmente?

A tenaz resistência em considerar o discurso como o tecido que constitui a trama do jornalismo, portanto, como eixo central para empreendimentos analíticos, acontece por meio de uma rota em que o termo (discurso) é reduzido a transporte, meio de expressão de uma finalidade última. Em sendo transporte, efetivamente, ele não tem estatura para explicar a capilaridade do fenômeno comunicacional.

Isso envolve, como antes, o discurso. Eis o segundo esforço epistemológico para as redes de pesquisa: pontos de estruturação da rede, os discursos são também o anel central do estrato comunicativo. Tomar esse ponto de vista requer a construção de operadores metodológicos que possam ser combinados com os princípios da rede.

As vias propostas, os caminhos percorridos

Normalmente, o método (caminho para ir em busca de algo) em que se erige uma pesquisa é determinado pela instância epistemológica que molda as premissas da investigação. Considerando que nosso lugar

de fala é aquele em que o discurso se mostra como nexos prioritários para a formação de redes de pesquisa, quais os caminhos a serem seguidos? Quais as ferramentas a serem utilizadas a serviço da investigação em rede?

Sob o curso de movimentações epistemológicas (de Descartes às reflexões pós-modernas), as tentativas de se descobrir as causas do mundo que temos diante de nós foram marcadas por um conjunto de orientações e prescrições, muitas delas transplantadas nos estudos da comunicação, visando conquistar “o lugar ao sol” no mundo científico. A palavra objeto traz em sua raiz etimológica a tarefa de conhecer: as coisas devem ser colocadas (jeto) à nossa frente (ob), o que nos permite vê-las, olhá-las, tratá-las como decifráveis. Mas, não nos iludamos, causamos os efeitos que desejamos. Como diria Saussure (1995), “o ponto de vista cria o objeto”. O precedente estabelecido pelo linguista genebrino conferiu plausibilidade a uma assertiva: já somos, *per se*, orientados por uma crença. Gadamer (2004) partilha do mesmo princípio de Saussure: empenhado em liberar o conhecimento das amarras epistemológicas, o filósofo da hermenêutica diz que compreensão implica sempre uma pré-compreensão que é, por sua vez, pré-figurada pela tradição determinada na qual vive o intérprete (pesquisador) – e onde modela os seus juízos prévios.

Em vista dessas advertências, podemos assumir uma atitude de indisciplina, que tem uma certa dosagem das ideias de Feyerabend, autor de *Contra o método*:

[...] a convicção de que o anarquismo, ainda que talvez não seja a mais atraente filosofia política, é, com certeza, um excelente remédio para a epistemologia e para a filosofia da ciência. [...] A história está cheia de ‘acidentes e conjunturas e curiosas justaposições de eventos’ e demonstra-nos a ‘complexidade da mudança humana e o caráter imprevisível das conseqüências últimas de qualquer ato ou decisão dos homens. Devemos realmente acreditar que as regras ingênuas e simplórias que os metodólogos tomam como guia são capazes de explicar tal “labirinto de interações?” (FEYERABEND, 2007, p. 31-2).

A anarquia proposta por Feyerabend não significa, em nosso caso, desprezo pela metodologia, mas sim um outro patamar de diálogo com a herança do saber científico: “ou seja, no que diz respeito à ciência da comunicação social é imperativo que se ouse romper com a metafísica (aristotélica) dos fatos observáveis, onde a indução empirista – gerada pela tradicional dicotomia entre teoria e observação – tem tentado aprisionar toda a amplitude do real. Ousar romper, por exemplo, com formulações como a do filósofo Teilhard de Chardin quando escrevia que ‘é mau para as ciências ter mais idéias do que fatos’” (SODRÉ, 2002, p. 241).

Algo nos desafia nessa afirmação de Sodré, provocando-nos

a desestabilizar modelos subservientes à quantificação excessiva dos fatos. Proceder dessa forma exigirá, talvez, um rigor redobrado, como aquele descrito por Bourdieu em *O ofício do sociólogo*, onde adverte que a relatividade do conhecimento do sociólogo não justifica o total relaxamento, a demissão, tampouco o laxismo. Trata-se de um rigor que, segundo ele, se alinha à aposta de Pascal num Deus Escondido, de existência incerta e demonstração improvável, mas que, apesar disso ou, melhor, por isso mesmo, requer uma profissão de fé mais ousada e mais radical, nem sempre alcançada.

As justas advertências nos fazem pensar. Como poderemos sair dos incômodos da supremacia da verificação minuciosa do mundo das coisas como correspondente da verdade, se o conhecimento - visto como um signifiante - não recobre o seu referente, mas apenas aparece como construção de seu objeto, aproximativo, sem realização plena (daí nunca haver tempo para a última palavra)? Como os estudos da comunicação poderão ser mais inventivos e criativos (híbridos, rizomáticos), aderindo a operadores metodológicos menos estéreis? Existiriam rotas de fuga capazes de nos conduzir para outras formas de investigação?

Palmilhemos algumas iniciativas modelares. O historiador Carlo Ginzburg (1989) aventurou-se na construção do paradigma de um saber indiciário, um método de conhecimento vertebrado pelas minúcias, pelos detalhes, mais do que pela dedução. A famosa frase “Deus está no particular” sintetiza o método de Ginzburg. Alberto Manguel (2006), no romance *O amante detalhista*, procede de maneira similar a Ginzburg: o homem apaixonado, um pintor do início do século XX, se compraz com os detalhes diminutos de sua amada, vistos de longe (frestas e fechaduras de porta) e constrói uma totalidade da mulher a partir dos vestígios que ele consegue rastrear.

Ginzburg é, assim, adepto do modelo conjectural ou hipotético abduativo, onde os indícios mínimos são reveladores de fenômenos mais gerais. Em Ginzburg, Peirce, Morelli, Freud e Sherlock Homes encontramos uma irmandade: semiótica, psicanálise, medicina e investigação policial edificam-se sobre os indícios, os sintomas, não captados pela indução, tampouco pela dedução.

É igualmente legítimo, e terapeuticamente mais salutar para o futuro da metodologia da comunicação, adotar um espírito inventivo, traçar outras rotas de análises. Como, então, depreender algumas ideias diretoras dessas orientações? Pelas possibilidades que as visualidades oferecem, a resposta tem extensão indefinida.

Assim, nos aproximamos do postulado indiciário, cujo

fundamento está na ideia de que vai haver sempre um resto de inapreensibilidade, sem se tornar refém de obrigações que tentam dar respostas às insolúveis questões que as visualidades reiteradamente trazem à tona.

Incertezas, territórios amplos, diálogos múltiplos... Na medida em que sedimentam áreas e subáreas de investigação, as redes de pesquisa jornalística no âmbito das visualidades interrogam, perpetuamente, os lugares de produção do conhecimento, reatualizando as discussões que põem o saber científico dos departamentos onde estão anexadas (comunicação e visualidades, no caso em tela) no centro do debate. A promoção de vínculos, por meio das narrativas hiperimagéticas que emergem dos suportes informativos, nos direcionam para observações em torno da legitimidade do jornalismo num mundo que cada vez menos dele depende para o acesso e produção dos acontecimentos do presente, ou seja, num mundo cada vez mais desintermediado, na letra de Cébrian.

O jornalismo e as visualidades: novos programas de estudos para as redes de pesquisa

Até aqui vimos considerando que conjecturar sobre a articulação de redes de pesquisa jornalística nas fronteiras das visualidades requer que o pesquisador se atenha a duas questões antecedentes inadiáveis: as configurações teórico-metodológicas que assume tal empreendimento e as tensões daí decorrentes. Mas há algo mais. Ainda não demos o passo seguinte, a nosso ver, essencial, em direção a uma questão igualmente importante para as redes de pesquisa: transposição das visualidades para além de sua constituição tecnológica/performativa. Ponderações a respeito insinuam-se prioritárias.

Por que os jornais vêm investindo maciçamente nos recursos visuais, operando mudanças estruturais em sua fisionomia? Em nome de quê essas mudanças gráfico-visuais se efetivam?

Sopesamos essas indagações porque parecem oferecer as bases do princípio teórico-político para que a tríade *visualidades, jornalismo, comunicação* possa ser cotejada, no âmbito das redes de pesquisa, à luz das reacomodações do fazer jornalístico, empenhadas em conferir legitimidade aos processos de mediação encetados pelos profissionais da notícia. Num mundo em que a informação brota de vários lugares, o ofício especializado de narrar acontecimentos com base no relato alheio perde gradualmente importância. Com efeito, as formas inventivas de publicação dos fatos tendem a modificar os parâmetros clássicos de mediação. Com as informações em tempo real, ficamos estonteados com

as luzes sofisticadas, seduzidos por *gifs* animados, açulados a rastrear com o mouse o pipocar da múltipla oferta, sempre em busca de novas descobertas, novos sentidos para o viver.

No entanto, um alento para o jornalismo: a notícia que se constrói no mesmo tempo do acontecimento em épocas de instantaneidade, precisa, além do tempo de ver, do tempo de compreender. Quem sabe, esse tempo, tão pouco cultivado em nosso cotidiano, poderá dar impulso renovado aos modos de produção da notícia, onde as visualidades não sejam apenas polos de atração para consumidores de textos, mas promotoras radicais do vínculo a partir do que é *interesse público* e não *interesse do público*.

Tal esperança, sem sombra de dúvidas, afigura-se como um programa de exploração que aponta para os grupos de pesquisa em rede um sintoma percebido na maioria dos jornais no mundo. Essa mundialização, por sua vez, vem motivando a progressiva adesão a plataformas amplas de discussão voltadas para um outro modo de pensar o jornalismo em um contexto fortemente absorvido por imagens múltiplas.

| NOTA

- 1 Autores da Literatura Comparada da Stanford University exploram os conceitos daquilo que chamam de teoria das materialidades da comunicação. De acordo com Felinto, “em primeira instância, falar em materialidades da comunicação significa ter em mente que todo ato de comunicação exige a presença de um suporte material para efetivar-se. Que os atos comunicacionais envolvam necessariamente a intervenção de materialidades, significantes ou meios pode parecer-nos uma idéia já tão assentada e natural que indigna de menção. Mas é precisamente essa naturalidade que acaba por ocultar diversos aspectos e conseqüências importantes das materialidades na comunicação – tais como a idéia de que a materialidade do meio de transmissão influencia e até certo ponto determina a estruturação da mensagem comunicacional” (FELINTO, Erick. www.uff.br/mestcii/felinto1.htm. Último acesso: 25 de outubro de 2011).

| BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Denise. **A organização do trabalho na produção acadêmica:** redes de pesquisa e estratégias de ação. Rio de Janeiro: mimeo, 2008.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica.** Lisboa: Ed. du Seuil, 1985.

_____. **Crítica e verdade.** São Paulo: Perspectiva, 1984.

BORGES, Rosane da S. **Ficção e realidade**: as tramas discursivas dos programas de TV. 2008, 364f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BUBER, Martin. **Do diálogo ao diálogo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2003. (Coleção Estado de Sítio).

CALLON, Michel. **La Science et ses réseaux**: genèse et circulation des faits scientifiques. Paris: Editions La Découverte, 2008.

_____. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes sócio-técnicas. In PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1996.

CATALÁ, Josep. **As formas do real**. São Paulo: Summus, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995. Vol. 1.

DIKOVITSKAYA, Margarita. **Visual culture**: the study of the visual after the cultural turn. EUA: MIT, 2005.

FELINTO, Erick. <www.uff.br/mestcii/felinto1.htm>. Acesso em: 25 out. 2011.

FERRY, Jean-Marc. **Filosofia da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2007.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Unesp, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II**: complementos e índice. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JORNAL "O Estado de São Paulo", 3 maio 2010.

KASTRUP, Virgínia. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LATOUR, B; WOOLGAN S. **A vida em laboratório**: a produção de fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2008.

_____. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. In PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LOPES, Maria Immacolata. **Por um paradigma transdisciplinar para o campo da comunicação**. São Paulo: ECA/USP, 1998.

MANGUEL, Albert. **O amante detalhista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. *In* PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PARENTE, André (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de Saussure. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

VILCHES, Lorenzo. **La televisión**: los efectos del bien y del mal. Barcelona: Paidós, 1993.

_____. **Teoria de la imagen periodística**. Barcelona: Paidós, 1987.

WHITAKER, Francisco. **Trabalho em rede**. São Paulo: mimeo, 2006.

XAVIER, Ismael. **O olhar e a cena**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

Rosane da Silva Borges é doutora em Jornalismo e Linguagem pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do projeto de pesquisa “Visualidades jornalísticas: imagem, espaço e design no jogo das representações sociais”. Atua no programa de mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina e coordena o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da mesma universidade. E-mail: rosanedasb@uol.com.br

Miguel Contani é doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Pesquisador nas áreas de teoria da comunicação, teoria da informação e estética da comunicação. Atua nos programas de mestrado em Comunicação e Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: contani@sercomtel.com.br